

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.677 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2003

Sarney apressa votação de MPs para liberar a pauta

Presidente do Senado anuncia que, a partir de agora, lideranças partidárias terão no máximo três sessões para chegar a acordo sobre o mérito de medidas provisórias pendentes de exame. Findo esse prazo, as propostas serão imediatamente votadas a fim de evitar acúmulo de matérias.

PÁGINA 2

O presidente do Senado, José Sarney, assistiu ao lançamento da Conferência das Cidades, no Salão Nobre do Palácio do Planalto. Ele foi convidado para o ato pelo presidente Lula.

PÁGINA 5



José Cruz

Centralizar ações sociais é um erro, diz Lúcia Vânia

A idéia de centralizar as ações sociais no programa Fome Zero foi criticada pela senadora Lúcia Vânia. Segundo ela, essa proposta é equivocada.

PÁGINA 3

Senadores repudiam morte de jornalistas no Iraque

PÁGINA 7

Moção aprovada pela Comissão de Educação (foto) recebeu endosso da Comissão Diretora do Senado



Célio Azevedo

César Borges quer incentivo a estado que exportar mais

Senador sugere criação do Prêmio Desempenho Exportador para aumentar vendas a outros países.

PÁGINA 3



Roosevelt Pinheiro

Sarney apressa votação de medidas provisórias para liberar a pauta

Presidente do Senado anuncia que limitará a três sessões o prazo para que as lideranças partidárias cheguem a acordo sobre o texto final de MPs

O presidente José Sarney comunicou ontem ao Plenário que mudará o procedimento da Mesa quanto à votação de medidas provisórias (MPs). Com o objetivo de desobstruir a pauta e impedir que grande quantidade de matérias se acumule na ordem do dia, o presidente do Senado informou que, no caso de MPs, será dado prazo de três sessões para que haja acordo entre as lideranças partidárias. Não havendo acordo quanto ao mérito após esse prazo, a Presidência abrirá votação, para evitar o sucessivo trancamento da pauta e o acúmulo de matérias a serem deliberadas.

Sarney determinou a inclusão na pauta de votações da sessão deliberativa de hoje de 16 medidas provisórias. Constarão também os projetos de lei com urgência pedida pelo presidente da República, projetos com urgência compulsória ou matérias que tiveram urgência aprovada pelo Plenário. Com isso, os demais itens da ordem do dia terão a votação adiada.

As principais matérias a serem

votadas são a MP que transfere para os estados trechos de rodovias federais; o projeto de lei que cria o Estatuto do Torcedor de Futebol; o projeto que aumenta a pena para homicídio e lesão corporal cometidos contra agente público; a medida provisória que cria cargos e reorganiza a administração federal; e créditos extraordinários. Ao todo, 16 medidas provisórias estão para ser votadas, mas é a falta de acordo em torno da MP das rodovias que está obstruindo a pauta.

IRAQUE

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu também a votação dos requerimentos referentes à invasão do Iraque, diante da urgência do tema. O presidente Sarney explicou que, pela Constituição, enquanto não forem votadas as medidas provisórias, a pauta fica obstruída.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), elogiou a decisão do presidente do Senado, e lembrou



José Sarney conversa com o líder do governo, Aloizio Mercadante: Plenário votará medidas provisórias mesmo se não houver entendimento entre lideranças

que a situação criada com a falta de acordo em torno da MP das rodovias e todas as dificuldades encontradas pelo governo no Congresso estão servindo como uma boa lição para o amadurecimento das lideranças governistas.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) solicitou ainda que se aprove o requerimento de informações ao Ministério da Defesa sobre a construção do Aeroporto

Internacional da Zona da Mata, que ele considera um capricho pessoal do governador anterior de Minas Gerais. Já o senador Hélio Costa (PMDB-MG) disse que, diante da sobrecarga dos aeroportos de São Paulo, o aeroporto da Zona da Mata é fundamental para o escoamento de carga e irá atender principalmente à produção mineira e à região metropolitana de Belo Horizonte.

Transferência para manutenção de rodovias é o ponto mais polêmico

A pauta do Senado continua obstruída em decorrência de não terem sido votadas 16 medidas provisórias. A mais polêmica delas é a que permite a transferência para os estados de trechos da malha rodoviária federal. De acordo com o projeto de lei de conversão (texto de medida provisória alterado pela Câmara dos Deputados), os estados e o Distrito Federal receberão R\$ 130 mil por quilômetro transferido para manutenção das estradas.

As transferências das estradas

deverão ser concluídas até 2006, com os estados recebendo 25% dos trechos a cada ano. O Ministério dos Transportes é que vai definir os segmentos da malha que vão para os estados. Rodovias consideradas estratégicas continuam com a União.

O relator da medida provisória no Senado, Sérgio Cabral (PMDB-RJ), reconheceu a dificuldade de se conseguir acordo que viabilize a votação da matéria. De todo modo, ele continua apostando em um entendimento.

— Vou aguardar o acordo até amanhã, do contrário, vamos à votação — disse Sérgio Cabral, que preferiu não entrar em detalhes sobre possíveis alterações no texto, para não prejudicar os entendimentos entre os líderes partidários.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) criticou o texto que deve ser votado hoje. O problema, na avaliação dela, é que a medida provisória transfere recursos para os estados, que serão gastos nos próximos quatro anos pelos atuais

governadores, sem qualquer garantia de que haja financiamento para manutenção das estradas a partir de 2006.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), acredita na votação da medida hoje. Ele ressaltou o interesse dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que já firmaram acordos com o Executivo, na alteração do texto. Mercadante assegurou que a medida provisória não trará alterações nos acordos já realizados.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2003

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Projeto de Lei de Conversão nº 3/03 (MP nº 82/02), que dispõe sobre a transferência da União para os estados e o Distrito Federal de segmentos da malha rodoviária sob jurisdição federal, nos casos que especifica; Projeto de Lei de Conversão nº 4/03 (MP nº 86/02), que altera dispositivos da Lei nº 8.745/93, da Lei nº 10.470/02 e da Lei nº 8.112/90, criando cargos efetivos, cargos comissionados e gratificações no âmbito da administração pública federal; e mais 14 medidas provisórias, entre outras matérias.

COMISSÕES

9h — Subcomissão Permanente de Segurança Pública

Pauta: Audiência pública para debater o Plano de Segurança Nacional, com a presença dos seguintes convidados: coronel José Vicente de Silva Filho, consultor do Instituto Fernand Braudel de São Paulo; Cláudia Maria de Freitas Chagas, secretária Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça; Luiz Antonio Guimarães Morrey, procurador-geral de Justiça do estado de São Paulo; e Wálter Fonganiello Maierovitch, juiz do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 84/02, altera a Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro para fixar prerrogativa em benefício de pessoas portadoras de deficiência; Diversos nº 42/97, encaminha ao Senado cópia da decisão adotada pelo Tribunal de Contas da União referente a atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genevieve, no Bairro de Santa Teresa, bem como nas demais casas geriátricas do Rio de Janeiro; Aviso nº 34/02, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 414/02 do TCU, sobre auditoria de natureza operacional, realizada no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti); PLC nº 13/00, fixa normas gerais para a prática do turismo; PLC nº 3/02, dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS); PLC nº 87/02, concede pensão especial a Luiz Felipe Monteiro Dias; e PLC nº 108/00, dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes orientando sobre a falsificação de remédios em farmácias e drogarias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: mensagens submetendo à apreciação do Senado os nomes de Carlos Augusto Rego Santos Neves, Luiz Tupy Caldas de Moura e Pedro Paulo Pinto Assumpção para, respectivamente, exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto à Rússia, ao Panamá e à Coreia. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática

Pauta: audiência pública sobre questões relativas à Agência Nacional de Cinema (Ancine), com a presença do secretário-executivo do Ministério da Cultura, Juca Ferreira, e do presidente do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC), Assunção Fernandes. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15.*

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

César Borges quer incentivo a estado que exportar mais

Valendo-se de argumentos do economista Paulo Nogueira Batista Júnior, o senador César Borges (PFL-BA) propôs ontem que o governo crie incentivo financeiro para o aumento das exportações dos estados, que ganhariam um instrumento para driblar a asfixia imposta pelo acordo da dívida com o governo federal.

— Para cada crescimento do saldo comercial com o exterior, esse estado seria favorecido com um percentual de abatimento sobre o valor de suas remessas do serviço da dívida para o governo federal — explicou.

César Borges acredita que a medida — que ele chamou de Prêmio Desempenho Exportador — incentivaria a criação de políticas públicas na esfera estadual para aumentar o volume das exportações brasileiras de forma sustentada.

— Parte dos recursos deve ser gasta em política de fomento à exportação, financiando, por exemplo, pesquisa e desenvolvimento — ponderou.

O senador criticou a política econômica do governo Lula. Para ele, não há propostas concretas para reduzir a vulnerabilidade externa, criar empregos, reduzir os juros e distribuir melhor a riqueza nacional entre as regiões do país e as classes sociais.

— Tudo se resume hoje a agradecer as expectativas do mercado com o aprofundamento das políticas do governo passado, elevando taxas de juros e superávits primários — afirmou.



Para Borges, o Prêmio Desempenho Exportador ajudaria estados a equilibrarem finanças

REPERCUSSÃO

Em apartes, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) concordou com alguns argumentos do economista e disse que esse instrumento deve ser utilizado em situações de crise, o que não está ocorrendo. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) assinalou que é preciso descobrir um elo entre as exportações e os estados, e Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que Lula vem dando passos, “na medida do possível”, em direção aos seus objetivos maiores.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) advertiu que, sem o envolvimento dos estados, é praticamente impossível fazer uma política industrial de exportação. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) destacou o espírito de colaboração de César Borges ao apresentar sugestões importantes.

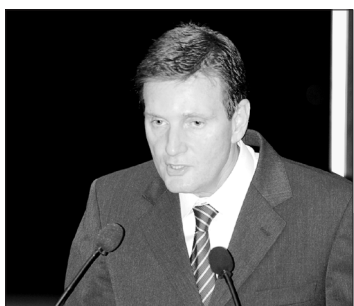
Mão Santa (PMDB-PI) avaliou que antes é preciso resolver os problemas do desemprego, da violência e da saúde. A senadora Ana Júlia (PT-PA) observou que respeita “quem faz crítica no nível em que deve ser feita”.

Rio arrecada muito e recebe pouco, protesta Crivella

O descompasso entre a arrecadação fiscal destinada à União e a transferência de recursos federais para o Rio de Janeiro motivou protestos em Plenário, ontem, por parte do senador Marcelo Crivella (PL-RJ). O estado, frisou o senador, é o segundo maior arrecadador de tributos federais do país, mas ocupa a 14ª posição quanto ao recebimento de verbas.

— Isso é um grito de alerta ao Senado. Quando se pensa na reforma tributária, não é possível servir tantos recursos e receber tão pouco — afirmou.

Entre janeiro e fevereiro deste ano, o Rio de Janeiro arrecadou



Crivella disse que faz um alerta para que fenômeno não se repita após a reforma tributária

quase R\$ 7 bilhões em favor da União, porém as transferências federais líquidas chegaram apenas a R\$ 180 milhões. “Assim não é possível governar”, desabafou Crivella.

Lúcia Vânia: centralização no Fome Zero será um erro

Aglutinação de todas as ações sociais do governo no programa é criticada pela senadora, favorável a maior participação das prefeituras

A possibilidade do programa Fome Zero centralizar as ações sociais, reduzindo todos os programas de transferência de renda implantados no governo Fernando Henrique Cardoso, foi criticada ontem pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Ela afirmou que a centralização de programas da área social é um erro, e desafiou qualquer especialista da área com vivência em administração pública a defender essa tese.

A senadora por Goiás também considerou equivocada a determinação do ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, de afastar as prefeituras do trabalho de



Lúcia Vânia considera “retrocesso” abandonar programas de FHC

refazer o cadastro único, com mais de 5 milhões de famílias ou cerca de 25 milhões de pessoas, que serviu de base para os programas sociais do governo anterior.

— Se o cadastro herdado con-

tém falhas, elas precisam ser corrigidas, mas o trabalho não pode ser desprezado. Foi um investimento de tempo e de recursos públicos (R\$ 100 milhões), pelos quais temos obrigação de zelar — disse a senadora.

Lúcia Vânia classificou como “retrocesso para o país” a possibilidade de alguns programas do governo anterior serem substituídos ou abandonados, o que traria prejuízos para os mais carentes. Entre eles, Lúcia Vânia destacou a Rede de Proteção Social, criada em 1995, que envolvia 12 programas federais cujas ações estavam voltadas para os mais pobres e, em 2002, envolveu recursos de R\$ 30 bilhões.

Senadores discutem programas sociais

Diversos senadores debateram com a senadora Lúcia Vânia sobre a política social do governo federal. Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a melhor forma de transferência de renda é o repasse do dinheiro diretamente às famílias carentes. Para ele, é preciso que se absorva a idéia de que cada brasileiro tem o direito inalienável de participar das riquezas da nação.

Líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM) sugeriu que o pronunciamento de Lúcia Vâ-

nia seja encaminhado ao ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, para que ele possa aproveitar a experiência dos oito anos do governo anterior. Iris de Araújo (PMDB-GO) reconheceu a capacidade da colega, sobretudo na área social.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comentou que o governo Lula oferecerá uma prova de grandeza se der continuidade aos projetos do governo Fernando Henrique Cardoso que deram certo.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que ignorar programas em andamento e que têm alcançado resultados concretos seria uma insensatez.

Ana Júlia Carepa (PT-PA), ao contrário, argumentou que se fosse para manter a experiência do governo anterior a população não teria eleito Lula como presidente do país. Mesmo assim, salientou que algumas das experiências bem-sucedidas poderão ser mantidas.

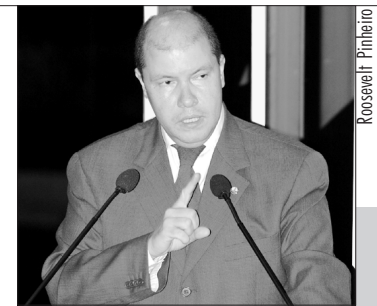
Demostenes elogia liminar que beneficia a Celg

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) aplaudiu a suspensão do contrato de suprimento de energia entre a Centrais Elétricas de Goiás (Celg) e a Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (CDSA), determinada em decisão liminar do juiz da 3ª Vara Federal de Goiás, Carlos Humberto de Souza. O parlamentar parabenizou o atual presidente da empresa, José Paulo Félix de Souza Loureiro, autor da ação de rescisão de contrato.

Demostenes informou que a Celg foi desmembrada em 1996, dando origem à CDSA. O objetivo, afirmou, foi viabilizar a privatização da usina de Cachoeira Dourada, vendida em setembro de 1997 ao grupo chileno Endesa por R\$ 750 milhões. Seis dias depois do leilão, foi celebrado contrato pelo qual

a estatal goiana se obrigou a adquirir, de sua ex-geradora, energia elétrica a um valor 53% superior ao preço médio de mercado, por um período de 15 anos. Com isso, observou Demostenes, o consumidor passou a pagar 56% a mais pela energia do que o valor praticado pelas demais concessionárias.

Relatório da Aneel reconhece que o desequilíbrio financeiro da Celg “foi de forma majoritária produzido pela compra forçada de energia elétrica” — R\$ 715 milhões, entre setembro de 1997 e fevereiro de 2003. Até 1997, o custo operacional da Celg representava 30% de seu faturamento líquido. Após a venda da CDSA à Endesa e ao contrato posterior de fornecimento, esse índice chegou a 58%.



Demostenes Torres revelou que consumidor goiano paga luz mais cara por causa do contrato

Na decisão, o juiz da 3ª Vara Federal afirmou ser o contrato ofensivo a vários princípios da administração pública, como da moralidade, por não coadunar “com a ética que se espera das instituições públicas envolvidas”. O acordo, diz a liminar lida em Plenário, “contraria, de modo inequívoco, o interesse público”, “é altamente lesivo e oneroso”, “impõe sérios prejuízos à Celg” e “constitui privilégio inaceitável” em favor da CDSA.

Senadores apontam contradições e avanços do início do governo Lula

Os três primeiros meses do governo Luiz Inácio Lula da Silva foram avaliados ontem em Plenário. Jorge Bornhausen cobrou o envio ao Congresso de propostas para as reformas. Roberto Saturnino afirmou que o presidente da República está no caminho certo e

permanece fiel aos seus compromissos. Ana Júlia ressaltou que, apesar das críticas da oposição, cresce a popularidade de Lula. Arthur Virgílio, por sua vez, propôs reajustes superiores aos estabelecidos pelo governo para o salário mínimo e os servidores federais.

Sarney recebe secretários de Trabalho

Secretários de Trabalho dos estados pediram ontem ao presidente do Senado, José Sarney, que interceda junto a Luiz Inácio Lula da Silva para que sejam retiradas do contingenciamento orçamentário as verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) usadas em programas de apoio ao emprego e treinamento de trabalhadores.

Se for mantido o contingenciamento, pelo menos metade das agências de emprego mantidas pelo Sistema Nacional de Empregos (Sine) poderá ser fechada, disse o secretário do Trabalho do Rio Grande do Sul, Edir Oliveira. José Sarney disse que iria expor o problema ao presidente da República. Os secretários estavam acompanhados do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

RONDÔNIA

O governador de Rondônia, Ivo Cassol, acompanhado de senadores e deputados, solicitou ontem a José Sarney que ajude seu estado a sair da situação em que se encontra desde a liquidação do Banco do Estado de Rondônia (Beron).

Com a intervenção do Banco Central, em 1995, uma dívida que era de pouco mais de R\$ 20 milhões, três anos depois, passou para R\$ 450 milhões. Os interventores do BC, sem sequer respeitar a legislação vigente, entregaram o banco liquidado com mais de R\$ 450 milhões de dívida – afirmou Ivo Cassol.

O governador pediu que o presidente do Senado garanta a tramitação rápida de pedido de levantamento e análise da situação, que aguarda decisão na Comissão de Fiscalização e Controle da Casa. Ele disse que Sarney prometeu examinar cuidadosamente o assunto.

AMAPÁ

A ex-deputada estadual do Amapá Fátima Pelaes visitou ontem o presidente do Senado, com quem conversou por alguns minutos. O encontro teve também a participação da senadora Roseana Sarney (PFL-MA). Fátima Pelaes disputou o governo do Amapá, mas não foi eleita.

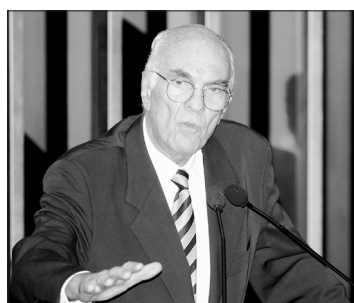
Saturnino avalia que crítica do PFL é “bom sinal”

Ao contestar as críticas feitas pelo presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), aos 100 primeiros dias do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) argumentou que ouvir de representantes de partidos conservadores que o governo está sendo imprudente é bom sinal e indício de que a atual administração federal está no caminho certo e continua coerente com sua ideologia e compromissos.

– Na visão conservadora, um governo de grandes mudanças sempre é visto como um governo imprudente – ressaltou Saturnino.

Mesmo reconhecendo que as grandes mudanças anunciadas durante a campanha ainda não chegaram às áreas monetária e fiscal, o senador justificou que a herança deixada pelo governo anterior exige prudência. Se a área econômica agisse de outra forma, opinou, o país poderia perder o controle sobre as finanças públicas e entrar em uma crise incontornável.

Sobre o aumento do salário mínimo para R\$ 240, Saturnino lembrou que a proposta do governo anterior, aprovada no Orçamento inclusive pelo PFL, era de R\$ 211. Ele acrescentou que o valor proposto pelo governo Lula foi um avanço significativo dentro das limitações orçamentárias.



Roberto Saturnino considera que herança deixada pelo governo anterior exige prudência



Ana Júlia: governo elevou o salário mínimo para R\$ 240 apesar de reconhecer que o valor é baixo

Ana Júlia lamenta que haja “gente torcendo contra”

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) lamentou que “tenha gente torcendo para o fracasso de Lula”, apesar dos bons números na área econômica apresentados nos três primeiros meses do governo. Para ela, no entanto, a população está percebendo o esforço do governo e, por isso, pesquisas mostraram nos últimos dias crescimento na popularidade do presidente da República.

– Tem gente agindo como ave agourenta, torcendo contra o presidente Lula. Parece que eles se sentem viúvos depois de décadas no poder.

Ana Júlia lembrou que o governo passado chegou a propor ao Congresso, embutido no projeto de lei do Orçamento para 2003, aumento do salário mínimo de R\$ 200 para R\$ 211.

– Esse era o valor que eles queriam dar. Pois o presidente Lula elevou o valor do mínimo para R\$ 240, apesar de reconhecer que o valor ainda é baixo.

A senadora comunicou ao Plenário que, numa mudança de atitude em comparação aos governos passados, a Eletronorte irá se reunir a partir de hoje com representantes da sociedade para discutir os problemas criados pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí, que alagou área superior a 2 mil quilômetros quadrados de floresta no Pará.

Virgílio defende reajuste maior para os servidores

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu um valor superior a R\$ 240 para o salário mínimo e reajuste maior do que o proposto pelo governo aos servidores públicos federais. Segundo ele, esses aumentos podem ser melhorados sem contrariar os princípios de responsabilidade fiscal e a estabilidade da economia.

O líder do PSDB reafirmou que não propõe “desatinos”, mas buscará fontes para garantir os reajustes, por entender que não são satisfatórios. Ele lembrou que R\$ 240 equivalem a US\$ 76, o menor índice na série histórica do salário mínimo.

– Também não é verdade que os servidores ficaram oito anos sem reajustes salariais. Basta ver o crescimento da massa salarial durante o período. O presidente Fernando Henrique optou por corrigir distorções e muitas categorias tiveram aumentos significativos. Além disso, em janeiro de 2002 houve um reajuste linear de 3,5% – observou.

Arthur Virgílio reafirmou sua postura política de oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ele argumenta que “seria uma posição indecorosa, quase de sexo explícito”, caso aderisse ou aprovasse o atual governo depois de ter feito campanha firme de oposição ao PT em tantas eleições passadas.



Virgílio: aumento maior não contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal



“Maior contradição é o desrespeito pelo discurso da campanha eleitoral”, segundo Bornhausen

Bornhausen afirma que há paralisia e despreparo

Paralisia, contradições, retrocesso e imprudência. Assim, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) resumiu ontem os primeiros 100 dias do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Bornhausen listou várias iniciativas e a falta delas para ilustrar sua argumentação. “A maior contradição é o desprezo pelo discurso da campanha eleitoral”, afirmou.

Conforme o senador, a “paralisia do governo” é percebida especialmente em relação às reformas tributária, previdenciária e política, que ainda não foram apresentadas ao Congresso Nacional.

– Não existia planejamento nem projetos redigidos. O governo criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para discutir as reformas, ao invés de enviá-las ao Congresso Nacional, onde estão os representantes eleitos do povo. O governo patina e não avança – frisou.

Outro sinal de paralisia apontado pelo senador é o programa Fome Zero, “forte de propaganda e fraco de resultados”. Ele também destacou a utilização de mecanismos de política econômica que eram “satanizados” quando o PT era oposição e agora são utilizados “sem nenhum pedido de desculpas”. O resultado, disse, foi a retração da economia, o aumento do desemprego e da dívida pública.



José Cruz

SARNEY ASSISTE AO LANÇAMENTO DA CONFERÊNCIA DAS CIDADES NO PLANALTO

O presidente do Senado, José Sarney, assistiu ontem, a convite do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao lançamento da Conferência das Cidades, no Salão Nobre do Palácio do Planalto. À tarde, em seu gabinete, Sarney concedeu audiência ao ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho, que disse ter aproveitado sua passagem por Brasília para uma visita de cortesia.

Sibá ressalta criação de frente em defesa do índio

O senador Sibá Machado (PT-AC) anunciou ontem ao Plenário a apresentação de requerimento para que a hora do expediente da sessão do próximo dia 24 seja dedicada a comemorar o Dia do Índio e o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas. O senador também comunicou a realização do Encontro Nacional dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, que acontece em Brasília entre os dias 25 a 30 de abril.

Sibá mostrou aos senadores a ficha de filiação à Frente Parlamentar. O manifesto de lançamento estabelece que seus integrantes "assumem o compromisso de atuar com a sociedade civil, as organizações indígenas e entidades indigenistas no apoio a políticas públicas, programas e ações governamentais e não-governamentais, com o objetivo de garantir a ampliação dos direitos indígenas".

O documento estabelece que a frente lutará para garantir saúde e educação diferenciadas para as populações indígenas e o fim da impunidade e da violência contra suas lideranças. Entre outros itens, defende também a criação de um programa emergencial vi-



Roosevelt Pinheiro

Sibá Machado quer dedicar sessão do dia 24 aos indígenas

sando demarcar, homologar e registrar todo o atual passivo de terras indígenas não demarcadas.

Já o Encontro Nacional dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, salientou Sibá Machado, terá como objetivos definir propostas do movimento indígena para a política indigenista do governo Lula da Silva; apresentar planos e estratégias do movimento com relação à aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas; e planejar o movimento indígena do Brasil e sua articulação mundial.

AVALIAÇÃO

O senador ainda criticou o pronunciamento de Jorge Bornhausen (PFL-SC), que fez críticas ao atual governo. Sibá disse ficar imaginando quem está fora da realidade: se o senador, se o Partido da Frente Liberal, se o governo Lula ou o jornal *Folha de S. Paulo*, que publicou ontem pesquisa de opinião em que o atual governo detém 43% de aprovação entre a população, se computadas apenas as avaliações "bom" e "ótimo". Se somadas à avaliação "regular", informou o senador, a aprovação sobe a 83%.

Suassuna pede políticas para reduzir desigualdade

Senador cobra desenvolvimento harmônico das regiões brasileiras, para acabar com desequilíbrio de décadas em favor do Sul e Sudeste

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem, em discurso, o desenvolvimento harmônico das regiões brasileiras. Ele ressaltou que a desigualdade entre os brasileiros se mantém há décadas, com os 10% mais ricos detendo 50% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres ficam com apenas 10% da renda. Isso resulta em um universo de 22 milhões de indigentes e 53 milhões de pobres, segundo dados de 1999 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), citados pelo senador.

Sem mudanças nesse quadro, Suassuna acredita que de nada adiantará falar em democracia e cidadania. A verdadeira democracia é realizada, de acordo com o senador, pelo acesso à educação, habitação, segurança e saúde, que é garantida com alimentação e saneamento.

NOVO PACTO

As eleições desenharam o cenário ideal para a construção de um novo pacto social, o estabelecimento de prioridades e a definição de que políticos deverão implementá-las, afirmou o senador. Para ele, a reversão da atu-

Sul e Sudeste respondem por 76% do PIB

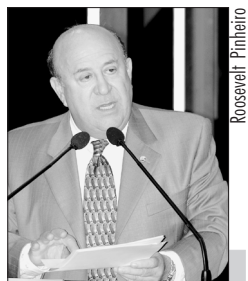
A desigualdade regional é uma das mais persistentes realidades econômicas do país. Apesar de o Brasil ter alcançado as maiores taxas de crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) em todo o mundo no século 20, o modelo adotado não foi capaz de atenuar as diferenças entre as regiões. As três regiões menos desenvolvidas – Norte, Nordeste e Centro-Oeste – representam em conjunto cerca de 75% do território nacional e quase 50% da população, mas respondem por apenas 24% do PIB nacional.



al concentração de renda no Sul e Sudeste só será possível se as regiões mais pobres e a população mais humilde forem representadas nos programas governamentais. Assim, programas como Bolsa-Escola e Renda Mínima Escolar seriam exemplos de ações governamentais a serem voltadas prioritariamente para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ao concluir seu pronun-

ciamento, Ney Suassuna lembrou palavras do líder russo Mikhail Gorbachev, segundo o qual as regiões de um país são como alpinistas: todos amarrados à mesma corda somente conseguirão chegar ao topo juntos.



Roosevelt Pinheiro

Suassuna: é preciso rever o modelo que concentra a renda

Presidente da Fiesp defende as reformas

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, com quem conversou sobre as reformas que o Congresso deverá votar neste ano.

– O presidente do Senado está absolutamente empenhado em que as coisas avancem. Senti que ele está muito otimista – frisou o empresário ao final da audiência.

De acordo com Horácio Piva, o senador pediu a colaboração da Fiesp quando for iniciada a discussão das reformas tributária e previdenciária, inclusive no esclarecimento dos parlamentares. O presidente da Fiesp considerou importante o empenho de Sarney na aprovação dessas matérias.

– As decisões precisarão de vontade política, não só dos parlamentares, mas certamente da quele que conduz as votações, o

presidente Sarney, e que está absolutamente consciente de sua importância. Realmente isso vai ajudar muito – disse o empresário.

Horácio Piva definiu como "absolutamente fundamentais" as reformas previdenciária e tributária, porque criarão uma percepção mais positiva do Brasil por parte dos agentes externos e dos setores internos da economia, além de diminuir o risco Brasil e abrir espaço para reduzir a taxa de juros, permitindo que o país volte a crescer.

Piva disse que este é um ano em que a economia ainda vai estar muito escorada nessas preocupações, mas a partir de 2004, feitas as reformas, o mercado interno



Geraldo Angela

Piva (E) ficou impressionado com a disposição de Sarney de ajudar na aprovação das reformas

brasileiro começará a reagir. O presidente da Fiesp também afirmou que não existe nenhuma razão para que as reformas não ocorram ainda este ano.

– O governo conta com uma sustentação muito forte da sociedade e também com base sólida no Congresso. Acredito que se aproveitarem esse bom momento, em dois ou três meses isso está liquidado – concluiu.

Sarney: tarefa maior será reconstrução da ONU

Em entrevista à Globo News, presidente do Senado afirma que instituição foi desmoralizada “porque sua própria concepção desapareceu com a decisão unilateral dos americanos”

Em entrevista concedida ontem à emissora de televisão Globo News sobre o fim da guerra no Iraque, o presidente do Senado, José Sarney, disse que a tarefa do Brasil agora será muito maior na reconstrução da Organização das Nações Unidas (ONU) do que na reconstrução daquele país. Para ele, a missão de reconstruir o Iraque ficará reservada aos Estados Unidos, a potência que invadiu o país em conjunto com a Grã-Bretanha.

Sarney previu que a Humanidade enfrentará novo período de definições e verá uma nova face do poder mundial, marcado pela presença de uma só potência. Ele observou que essa potência, encarnada pelos Estados Unidos e hegemônica do ponto de vista militar e econômico, “pode impor uma política de força, como se acabou de ver



José Sarney diz que nova face do poder mundial é representada por uma só potência, os Estados Unidos

que está ocorrendo”.

A seu ver, o grande problema agora vai ser a reconstrução das instituições que foram formadas ao longo do tempo para assegurar a convivência entre as nações, à frente delas a ONU. Para Sarney, essa instituição está totalmente desmoralizada e destruída “por-

que sua própria concepção desapareceu com a decisão unilateral dos americanos”.

Indagado sobre a capacidade de o Brasil pressionar as Nações Unidas a exigir um papel importante na reconstrução do Iraque, Sarney afirmou que a posição brasileira tem mais significado do ponto de vista moral. Ele disse que a firme posição do Brasil, cuja opinião pública manifestou-se majoritariamente contra a guerra, consiste apenas numa pressão moral.

— Porque, sob o ponto de vista objetivo, eu acredito que a primeira coisa que vai ocorrer depois da guerra é justamente uma tentativa de reconciliação dos Estados Unidos com a Europa, uma vez que essa guerra criou grandes separações. Isso afasta a América do Sul de toda a composição do novo mapa do poder que vai se delinear no mundo — avaliou.

Suplicy apóia nota em favor do fortalecimento da instituição

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pediu a transcrição nos Anais do Senado de nota da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pedindo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que lute pelo fortalecimento da Organização das Nações Unidas (ONU). A nota foi enviada pelo presidente da OAB, Rubens Approbato Macha-

do, ao presidente do Senado, José Sarney.

No documento, a OAB condena a guerra declarada pelos Estados Unidos contra o Iraque, apesar dos esforços da ONU para resolver o conflito pacificamente. Para a entidade, os interesses econômicos das nações que defendem a guerra servirão apenas para trazer mais dor, medo e insegurança aos países pobres.



Manifesto da OAB lido por Eduardo Suplicy condena guerra dos EUA contra o Iraque

Magno Malta propõe declaração de honorários recebidos de traficante

Projeto de lei apresentado ontem pelo senador Magno Malta (PL-ES) permite a identificação dos honorários advocatícios recebidos de indiciados em crimes de tráfico de substâncias entorpecentes. De acordo com a proposta, nos processos relativos a tráfico de drogas ou organizações criminosas, o advogado deve fazer constar dos autos declaração dos honorários percebidos, indicando em detalhe a sua origem.

O advogado, segundo o projeto, terá prazo de até cinco dias após o recebimento do dinheiro para fazer a declaração, e a pena



Magno Malta prevê detenção de até três anos para advogado que não fizer declaração

pelo não cumprimento da determinação é de um a três anos de detenção.

— Não resta dúvida que os acusados têm direito a representação por advogados e que estes têm direito aos seus honorários; mas a sociedade tem o direito de conhecer a origem dos recursos que pagam esses honorários.

Magno Malta argumenta que objetivo do seu projeto é esclarecer a relação entre os acusados e seus advogados.

Conforme o senador, as ações policiais revelam que a disponibilidade de dados sobre movimentações financeiras “permite obter consideráveis avanços” nas investigações.



Desembargador Cláudio Baldino Maciel (D), dirigente da Associação dos Magistrados Brasileiros, foi recebido por Edison Lobão, presidente da CCJ

Lobão discute a reforma do Judiciário com a AMB

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão, recebeu ontem o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Cláudio Baldino Maciel, para discutir a reforma do Judiciário.

O senador explicou que os vários encontros que tem realizado com integrantes do Poder Judiciário são importantes para a organização de um trabalho de qualidade em relação à reforma, já que os vários representantes

foram convidados a participar de audiências públicas sobre o assunto na CCJ.

— Vimos nos colocar à disposição do senador e da Comissão de Constituição e Justiça tanto no que se refere à reforma do Poder Judiciário como no que se refere à questão da violência e da criminalidade, de forma a somarmos esforços no sentido de que os melhores projetos possam tramitar com brevidade e eficiência — afirmou Cláudio Baldino.

Comissão de Justiça só vai esperar 15 minutos para obter quórum

Conforme determinou ontem o senador Edison Lobão (PFL-MA), serão concedidos apenas 15 minutos de tolerância para que se alcance o quórum necessário à abertura das reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele avisou aos integrantes da comissão que as matérias com pareceres prontos dos relatores e com prazos vencidos de tramitação irão diretamente para o Plenário, toda vez que a CCJ não conseguir se reunir por falta de quórum.

Foi o senador Jefferson Péres (PDT-AM) que, após perceber a preocupação de Lobão com o atraso nos trabalhos da comissão, propôs a concessão dos 15 minutos de tolerância. Ele disse que não é um “fanático da pontualidade”, mas advertiu que os atrasos no início das reuniões

“criam problemas para a CCJ e para o Senado”.

Segundo Jefferson, as reuniões têm freqüentemente começado às 10h30 ou às 10h45, e muitos senadores, para atender a outros compromissos, acabam se retirando às 12h ou 12h30, resultando a falta de quórum para a votação das matérias em tramitação. “Lamento, porque a CCJ é o funil da Casa, onde tramitam quase todas as matérias”, afirmou.

A comissão tem cerca de 800 projetos em tramitação. Lobão não chegou a anunciar se os 35 itens em condições de serem votados na reunião de ontem serão remetidos direto para o Plenário. A pauta possuía 42 itens, mas os sete terminativos não poderiam ser examinados pela CCJ porque a pauta do Plenário está bloqueada.

Senado repudia morte de jornalistas em Bagdá

Moção apresentada por Hélio Costa e Ideli Salvatti foi aprovada na Comissão de Educação e, mais tarde, pela Comissão Diretora. Documento será enviado a entidades de jornalistas, à ONU e à embaixada norte-americana



Jefferson Péres estranha que repressão política em Cuba seja um tema tabu

Jefferson critica censura e prisões políticas em Cuba

A condenação de 71 dissidentes, ativistas políticos e jornalistas cubanos pelo regime de Fidel Castro a penas de até 27 anos de prisão, em julgamentos que desprezaram o direito à ampla defesa, conforme noticiou o jornal *O Globo* ontem, recebeu duras críticas do senador Jefferson Péres (PDT-AM). Ele comparou os atos do presidente cubano à repressão empreendida pela ditadura militar no Brasil.

— O regime cubano está indo muito além do que foi o famigerado regime militar no Brasil. Fuzilou mais de 300 ao tomar o poder. O regime militar (no Brasil) foi duríssimo, mas nunca proibiu que um escritor de esquerda editasse um livro, uma obra de ficção — disse o senador, referindo-se ao escritor cubano Cabrera Infante, opositor do presidente Fidel Castro, hoje exilado em Londres.

O senador afirmou que a repressão política em Cuba é um tema tabu, que não vem sendo abordado nem pelos partidos de esquerda nem pelos conservadores.

— Pode o regime cubano fazer o que quiser que ninguém na imprensa ou na classe política repercute. A esquerda por pensar que se estará “legando água” ao moinho da direita; e os conservadores, por medo de levarem o rótulo de direitistas, covardemente silenciam. Mas, eu não — frisou o senador.

A Comissão de Educação (CE) aprovou por unanimidade, ontem, moção de protesto contra a morte de três jornalistas na guerra do Iraque. Eles foram vítimas de disparo feito por um tanque das forças anglo-americanas que estava estacionado próximo ao Hotel Palestina, no centro de Bagdá, onde os profissionais de imprensa trabalhavam na cobertura do conflito. À tarde, a matéria foi aprovada pela Comissão Diretora da Casa, com a anuência do presidente José Sarney, sem que fosse necessário submetê-la ao Plenário, cuja pauta encontra-se obstruída.

A moção de repúdio aprovada pela CE, a pedido do senador Hélio Costa (PMDB-MG) e da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), será enviada à Sociedade Internacional dos Jornalistas e ao Comitê para Proteção dos Jornalistas — órgãos que atuam em defesa dos profissionais de imprensa —, além da embaixada dos Estados Unidos em Brasília e da Organização das Nações Unidas (ONU).

Jornalista de profissão e que por três vezes, ao longo da carreira, foi correspondente de guerra, Hélio Costa classificou de “brutal” o atentado que resultou na morte dos jornalistas. Para ele, o fato demonstra a atrocidade da guerra travada em território iraquiano. Hélio Costa estranhou, a propósito, a alegação norte-americana de que o tiro de canhão teria sido disparado em função de, minutos antes, um tiro haver partido de um dos apartamentos do hotel em direção às tropas anglo-americanas estacionadas na região. Segundo o senador, tais informações foram desmentidas, “caracterizando-se um ataque propositado e deliberado contra profissionais de imprensa que cobrem a guerra”.

VÍTIMAS

O senador informou que, desde 1991, já morreram 260 profis-



Hélio Costa classificou de “brutal” o ataque que resultou na morte dos jornalistas. Ideli Salvatti disse que o atentado “caracteriza crime de guerra”



Fotos: Célio Azevedo

sionais de imprensa na cobertura de guerras. Desse total, 189 foram vítimas diretas dos conflitos e os 71 restantes perderam a vida acidentalmente. Ele considerou “perturbadores” os dados da guerra do Iraque, já que num espaço de 21 dias de conflito foram mortos 12 repórteres, enquanto na guerra do Vietnã, que durou dez anos, perderam a vida 70 profissionais.

Ideli Salvatti também protestou

contra a morte dos jornalistas e disse que o atentado “caracteriza crime de guerra”.

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) propôs que o Ministério das Relações Exteriores se pronunciasse contra a morte dos profissionais de imprensa, enquanto o senador João Capiberibe (PSB-AP) caracterizou a guerra do Iraque como “mais uma obra do imperialismo norte-americano e inglês”.



Roberto Saturnino e Iris de Araújo, da Subcomissão Permanente de Cinema, recebem Assunção Hernandez (ao centro)

Subcomissão debate papel da Agência Nacional de Cinema

A Subcomissão Permanente de Cinema, criada no âmbito da Comissão de Educação (CE), realiza hoje audiência pública destinada a debater questões relativas à Agência Nacional de Cinema (Ancine). Estão confirmadas as presenças de Juca Ferreira, secretário-executivo do Ministério da Cultura, e de Assunção Hernandez, presidente do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC). A reunião está marcada para as 10h.

Na manhã de ontem, Assunção fez visita de cortesia ao presidente da subcomissão, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), e à vice-presidente, senadora Iris de Araújo (PMDB-GO). Na oportunidade, ela manifestou aos parlamentares a certeza de que chegou o momento de o cinema nacional ser consolidado como indústria, “conquistando o mercado interno e partindo para ação mais agressiva na conquista do mercado externo”.

Osmar propõe outorga de rádio comunitária só pelo Executivo

O senador Osmar Dias (PDT-PR) pediu ontem aos integrantes da Comissão de Educação (CE) que apoiem proposta de emenda à Constituição de sua autoria determinando que a outorga e a concessão de rádios comunitárias deixem de ser analisadas pelo Congresso Nacional. Segundo a proposta, caberá somente ao Executivo autorizar, ou não, o funcionamento dessas emissoras.

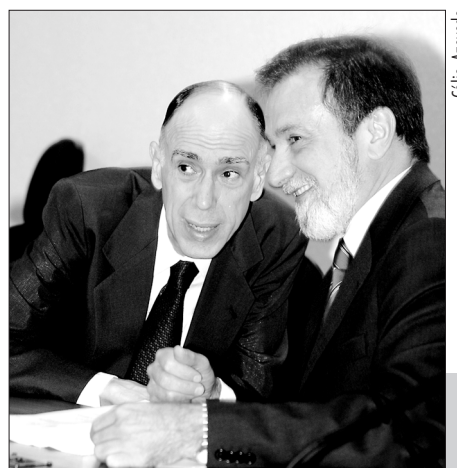
Presidente da comissão, Osmar Dias afirmou que a iniciativa tem por meta agilizar os trabalhos do colegiado. Ele lembrou que a CE terá dificuldades para aprovar um pacote autorizando o funcionamento de rádios comunitárias, estimado em quatro mil processos, a ser enviado em breve pelo Ministério das Comunicações.

Para o senador, se nada for feito, a CE poderá ficar praticamente paralisada pela análise e votação de decretos legislativos que tratam sobre rádios comunitárias.

Na reunião de ontem, a

CE rejeitou projeto da Câmara dos Deputados que assegurava um período semanal, a ser incluído na carga de trabalho, para que os professores das escolas públicas realizassem reuniões de estudo, planejamento e avaliação.

Ficou para a próxima reunião a votação de outro projeto, também oriundo da Câmara, que instituiu 2004 como o Ano do Educador. O pedido de vistas foi formulado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC).



Osmar Dias (com Marco Maciel) quer agilizar trabalho da Comissão de Educação

Foto: Célio Azevedo

Azeredo quer reflorestamento para diminuir o efeito estufa

Senador sugere incentivos ao cultivo de eucalipto pela indústria como forma de reduzir concentração do carbono atmosférico e melhorar as condições ambientais

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu incentivos a iniciativas engajadas na desaceleração do processo de aquecimento global, conhecido como efeito estufa, a partir da adoção de técnicas de manejo florestal. A prática do reflorestamento pela indústria, principalmente a siderúrgica, produziria um importante ganho ambiental ao utilizar a cobertura vegetal no "sequestro de carbono", gás liberado na atmosfera como resíduo do processamento industrial e que agride a camada de ozônio.

Segundo informou ontem em Plenário, o Banco Mundial vem estimulando esse tipo de iniciativa ao financiar projetos de reflorestamento com recursos do Fundo Protocolo do Carbono (PCF). No Brasil, o plantio de eucalipto está se expandindo com essa finalidade. A exploração da espécie teria sobressaído por reunir, conforme assinalou Azeredo, vantagens ambientais, ao possibilitar a redução da pressão sobre a vegetação na-



Eucalipto apresenta vantagens econômicas e ambientais, diz Eduardo Azeredo

tiva, e econômicas, relativas ao seu uso na produção de carvão vegetal.

— Além de apresentar um se-

questro de carbono suficiente enquanto produção florestal, o eucalipto apresenta saldo positivo mesmo deduzindo-se do sequestro a produção de carbono quando da utilização do mesmo (o eucalipto) na forma de carvão vegetal — ressaltou.

PROJETO BIOMASSA

Para atestar a vantagem da cultura na redução da emissão do gás na atmosfera, o senador citou o Projeto Biomassa Cultivada como Fonte de Energia Renovável para a Produção de Ferro-Gusa, desenvolvido pela empresa Plantar em Minas Gerais.

Amparado na experiência da

empresa, há 35 anos atuando no plantio de eucalipto, Eduardo Azeredo disse estar comprovado, tecnicamente, que o uso da biomassa cultivada na produção de ferro-gusa evita o despejo de três toneladas de gás carbônico na atmosfera para cada tonelada de ferro-gusa produzida com carvão mineral. É com base nesse resultado que o parlamentar tucano defende a aplicação do projeto em outras regiões fornecedoras de carvão vegetal para a indústria siderúrgica, concorrendo para conservar a vegetação nativa, gerar empregos em áreas carentes e preservar o meio ambiente.

O que é o "sequestro de carbono"

A alta concentração de dióxido de carbono (CO²) na atmosfera é responsável pelo chamado efeito estufa e o conseqüente aumento da temperatura da Terra. Se as emissões de CO² não diminuírem, a média de temperatura poderá aumentar de 1,5°C a 4,5°C e o nível dos oceanos será elevado de 60 centímetros a 1,5 metro, trazendo danos irreversíveis ao homem e à natureza.

O conceito "sequestro de carbono" deve-se à ca-

pacidade de plantas verdes absorverem o carbono atmosférico, presente principalmente sob forma de CO², e convertê-lo em substâncias úteis ao seu metabolismo, não retornando à atmosfera.

Em 1997, no Japão, os países industrializados assumiram a responsabilidade de reduzir suas emissões de dióxido de carbono (CO²) até o período de 2008-2010, dando origem ao Protocolo de Kyoto. O Brasil assinou o protocolo em julho de 2002.

Compensação paga pela Vale é questionada

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) determinando que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize auditoria sobre cálculos efetuados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para apurar os valores devidos pela Companhia Vale do Rio Doce a título de pagamento da Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e de taxa anual de hectare pesquisado.

A senadora explicou que há pendências judiciais sobre o pagamento e que, segundo o DNPM, a empresa deve R\$ 150 milhões. Ela espera que a auditoria do TCU ajude a esclarecer a dívida. A CFEM é paga a municípios onde há exploração de minerais, de maneira semelhante ao que acontece onde há

extração de petróleo. O senador Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou que pedirá auditoria semelhante sobre o pagamento da contribuição por parte de outras empresas exploradoras.

A comissão aprovou ainda parecer do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) dando conhecimento à CFC de decisões e acórdãos do TCU referentes a auditorias e inspeções realizadas. Os documentos serão arquivados, como determina o parecer do relator.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), informou que no dia 23 a comissão realizará audiência pública com o controlador-geral da



Solicitação de informação feita por Ana Júlia motivará pedido semelhante de Gerson Camata

União, Valdir Pires, que falará sobre a atuação do órgão. O senador ressaltou que o objetivo é o de promover maior interação dos órgãos de fiscalização. No futuro, adiantou Ney Suassuna, a comissão deverá também realizar audiência com o presidente do Tribunal de Con-

tas da União, ministro Valmir Campelo.

OBRAS

O senador João Alberto Souza pediu que a comissão tome uma iniciativa em relação ao tema de obras inacabadas, pedido em que foi apoiado pelo senador Eurípedes Camargo (PT-DF). Ney Suassuna afirmou que entrará em contato com a Comissão Mista de Orçamento (CMO) e com o TCU para fazer levantamento das obras pendentes. Eurípedes afirmou que o maior prejuízo de uma obra, depois de iniciada, "é o de não acabar". Por isso, pediu atenção para o caso do Metrô do Distrito Federal, que aguarda conclusão.

Ideli registra evento mundial pela educação

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) comunicou em Plenário a realização, de 6 a 13 deste mês, da campanha da Ação Global pelo Direito à Educação, promovida



Ideli lamentou as condições da educação no Brasil

por 59 países. A campanha, que reúne várias entidades de atuação internacional, é "a maior aula do mundo e uma forma de luta pelo direito à educação pública no planeta", disse a senadora.

Para a senadora, a educação é um dos direitos mais desrespeitados, principalmente no continente sul-americano. No Brasil, disse, o custo por aluno é de cinco a seis vezes menor do que na Coreia do Sul. Na Europa, por sua vez, os professores têm remuneração dez vezes superior à dos docentes brasileiros.

Aelton destaca Prêmio Mário Palmério

O senador Aelton Freitas (PL-MG) registrou a concessão do Prêmio Top Educacional Mário Palmério 2002, ocorrida na



Aelton ressaltou importância de Mário Palmério

terça-feira, em Brasília. O prêmio foi criado em 1991 pelo Instituto Brasileiro de Mantenedoras de Ensino Superior. Este ano, conforme o senador, foram agraciadas com o prêmio a Universidade Anhembí/Morumbi, o Centro Universitário Newton Paiva (Belo Horizonte), e a Universidade de Uberaba — fundada por Mário Palmério.

Mário Palmério foi deputado federal por Minas Gerais de 1950 a 1962 e embaixador no Paraguai de 1962 a 1964. Em 1969 foi eleito para a vaga de Guimarães Rosa na Academia Brasileira de Letras. Palmério foi autor dos romances *Chapadão do Bugre* e *Terras dos Confins*, considerados obras expressivas da moderna literatura brasileira.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Romeu Tuma, Marcelo Crivella, Magno Malta e Leonel Pavan e pela senadora Ana Júlia